



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

Comunidade de Prática ***Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina*** **Reunião 02. Ata 12.06.2024**

A Reunião se concentra na apresentação "A Cidadania Ambiental Escolar a partir do prescrito pelo Currículo Nacional da Educação Básica. Amazônia e Mudanças Climáticas", a cargo de Olga Cayllahua Galindo, do Peru. Olga é educadora e geógrafa graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Peru, com estudos concluídos de mestrado em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Nacional Mayor de San Marcos. Ela desenvolve sua experiência profissional como docente em uma Escola de Educação Superior Pedagógica e como especialista em currículo e no ensino de Ciências Sociais e Cidadania, tanto no Ministério da Educação como em outras entidades relacionadas ao setor. A reunião contou com a participação de 11 pessoas e foi moderada por Alex Ríos.

Antes de iniciar, Alex informa que lamentavelmente não se contou com a apresentação de Mauro Castro e Haydée Marinho devido a problemas em suas agendas. Da mesma forma, menciona a importância de compartilhar a posição sobre a ODCA: Foi feito um contato com a Chancelaria para saber sobre o estado de implementação dos acordos da Declaração, mas atualmente não há avanços. Isso ocorre porque, devido às mudanças de presidentes no Peru, existe uma relação conflituosa com a Colômbia. As posições de ambos os países são observadas entre si. Um avanço na ODCA deveria ser buscado pelo Brasil ou explorando outros canais.

Martín propõe como alternativa elaborar uma nota conceitual que justifique a priorização da educação. O documento pode ser preparado para ser apresentado posteriormente à ODCA ou por outros canais do Brasil.

Apresentação

Olga inicia sua apresentação agradecendo o convite para abordar o tema da



educação ambiental e sua relação com a Amazônia. Ao longo dela, busca refletir e propor a importância de compreender as consequências das mudanças climáticas.

Primeira parte: Desde os acordos, os documentos e as aspirações

Primeiro lugar: A partir do **documento do Currículo Nacional da Educação Básica do Peru** estabelece que, ao concluir a Educação Básica, os estudantes peruanos devem exercer seus direitos e deveres civis com senso ético, valorizando a diversidade a partir do diálogo intercultural. Isso os capacitará a contribuir ativamente, individual e coletivamente, para o desenvolvimento sustentável da sociedade peruana em um contexto democrático. No entanto, ao considerar a Amazônia e outros contextos do Peru, também é fundamental considerar o marco nacional de direitos e as ações necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Segundo lugar: O **Projeto Educativo Nacional PEN 2036** apresenta uma visão do setor educacional sobre a formação de crianças, adolescentes e jovens desde a educação básica. Essa visão coincide com o Currículo Nacional, enfatizando que "todas as pessoas no Peru aprendem, se desenvolvem e prosperam ao longo de suas vidas, exercendo sua liberdade de forma responsável para construir projetos pessoais e coletivos, coexistir e dialogar intergeracional e interculturalmente em uma sociedade democrática, equitativa, igualitária e inclusiva, que respeita e valoriza a diversidade em todas as suas expressões e garante a sustentabilidade ambiental". O documento também destaca aspectos como a cidadania; o bem-estar socioemocional; inclusão e equidade; e produtividade, prosperidade, pesquisa e sustentabilidade.

Os **Ejes de Bicentenário** permitem ao Peru se reconhecer como um país íntegro, com oportunidades iguais, que dialoga e se reconcilia, que é sustentável, integrado e competitivo, e que promove e aceita a identidade e a diversidade.

Em escala global, também são considerados os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, que estabelecem uma visão do mundo que se quer construir,

abordando questões ambientais, de conservação e outras.

Conjuntamente, esses marcos fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a conservação do planeta.

Segunda parte: Desde os elementos curriculares pertinentes para a formação da cidadania ambiental escolar

O documento **Currículo Nacional da Educação Básica do Peru** estabelece diversos enfoques transversais. No entanto, Olga destaca o **Enfoque Ambiental** e o **Enfoque de Cidadania Ativa**.

A partir de qualquer área curricular ou competência, os professores podem propor ações em sala de aula relacionadas ao Enfoque Ambiental, como a preservação do planeta, a solidariedade planetária, a justiça planetária e o respeito a toda forma de vida.

O Enfoque de Cidadania Ativa busca representar uma mudança de paradigma na forma de ensinar, aprender e formar cidadãos críticos. Isso significa que os professores, ao propor suas atividades para o desenvolvimento de competências, devem trabalhar a partir da identificação de questões públicas e problemas sociais relevantes. O objetivo é que os alunos participem ativamente da solução dos problemas, desenvolvendo um senso de pertencimento às suas comunidades.

Competências: Destaca-se a competência "**Gerenciar o espaço e o meio ambiente de forma responsável**", que também representa uma mudança de paradigma na educação, permitindo trabalhar as problemáticas sociais territoriais. Para ter impacto nas questões socioambientais da Amazônia, é fundamental analisar o currículo para desenhar propostas de transformação.

Terceira parte: Desde as Evidências Recentes sobre as Aprendizagens

Em 2023, a **Avaliação Nacional de Logros de Aprendizagens (ENLA) 2023** foi aplicada a alunos do segundo ano do ensino médio no Peru (Ministério da Educação do Peru, 2024). Os resultados revelaram que apenas 16,8% dos alunos atingiram o nível satisfatório no curso de Ciências Sociais, ou seja, alcançaram as aprendizagens esperadas para seu nível.

Em relação aos **resultados a nível regional**, destacam-se algumas lacunas significativas no território amazônico: Loreto (5,6%), Madre de Dios (9,7%) e Ucayali (9,6%) no nível satisfatório no curso de Ciências Sociais. Esses resultados destacam a necessidade de fortalecer o trabalho em sala de aula em relação a temas como biodiversidade, mudança climática e cidadania ambiental, especialmente nas regiões amazônicas.

Em relação aos **Fatores Associados** da ENLA 2023 destaca-se a importância de explorar as crenças dos alunos do segundo ano do ensino médio sobre a história, a partir das problemáticas que vivem em suas regiões e do desenvolvimento sustentável. Observa-se que 74% dos alunos consideram que "o mais importante ao aprender história é lembrar as datas dos fatos".

Cuarta parte: Desde los Retos que implica desarrollar una Ciudadanía Ambiental Escolar

Em relação aos **problemas socialmente relevantes, problemas históricos e assuntos públicos**, os Ejes de Bicentenário definem as aspirações da sociedade peruana e servem como marco de referência. Alguns desses problemas, como corrupção, pobreza, desigualdade, violência de gênero, discriminação, intolerância, falta de diálogo e reconciliação, desconexão entre desenvolvimento e conservação ambiental, falta de integração e subvalorização da herança ancestral e da diversidade cultural, estão intimamente relacionados aos problemas ambientais na Amazônia. Abordar esses temas em sala de aula é complexo, pois muitas vezes as famílias dos alunos estão envolvidas nessas questões.

Exemplos de delitos ambientais em territórios amazônicos: Tráfico ilegal de vida selvagem, mineração ilegal, desmatamento e tráfico ilegal de madeira.

O planeta enfrenta uma **crise ambiental** caracterizada pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e seus impactos na vida cotidiana das pessoas, incluindo os alunos.

Propostas de Olga:

- **Gerar e sistematizar experiências** sobre a aprendizagem de algumas competências relacionadas à crise ambiental, crimes ambientais e abordagem de questões ambientais em instituições educativas amazônicas, com base no diagnóstico ambiental dos governos regionais ou locais.
- Coletar evidências sobre fatores associados a essas aprendizagens, relacionadas às crenças sobre o ensino para o desenvolvimento de competências, temores sobre a abordagem de problemas ambientais, entre outros.
- **Identificar as necessidades e priorizar ações** para fortalecer as capacidades dos professores da Amazônia na abordagem de problemas socialmente relevantes como a crise e os crimes ambientais na Região Amazônica, com base nessas evidências.

Comentários e reflexões

Primeira ronda de perguntas

Alex agradece a Olga pela apresentação e convida os participantes a compartilharem suas reflexões e perguntas. Ele inicia o diálogo mencionando que no Peru existem diversos documentos normativos e declarações, mas isso não se reflete nas

aprendizagens que os alunos estão recebendo. Nesse sentido, ele pergunta sobre as possíveis razões pelas quais as ações necessárias não estão se concretizando em resultados tangíveis.

De modo geral, tanto pelo microfone quanto pelo chat, as pessoas felicitam e agradecem pelas informações compartilhadas.

Tereza comenta que tem algumas perguntas não diretamente relacionadas à apresentação, mas sim aos documentos mencionados. Ela pergunta se no Peru existe algum diálogo ou projeto a nível nacional semelhante a um "Projeto de Nação", já que no Brasil não havia um como tal. Além disso, ela pergunta sobre as condições estabelecidas pelo Estado peruano para promover a efetividade do que foi indicado no documento em relação à formação docente, gestão escolar e tudo o que diz respeito às escolas.

Olga reconhece que o Currículo foi aprovado em 2016 e implementado gradativamente nos níveis inicial, primário e secundário. No entanto, ela destaca que, em 2020, devido à pandemia, a implementação do Currículo foi interrompida. Uma das hipóteses que ela levanta é que a falta de treinamento de professores na aplicação do Currículo foi um fator determinante nessa pausa.

Além disso, respondendo a Alex, ela esclarece que, embora esses documentos representem as aspirações do sistema educacional peruano, nem sempre foram realizados diálogos participativos para sua implementação, o que representa um desafio para o país. Além disso, sobre Frontera, ela destaca a importância de considerar as características específicas dos territórios de fronteira do Peru com os países vizinhos. Nesse sentido, ela propõe que maiores esforços sejam feitos para gerar projetos conjuntos com os governos regionais, a fim de promover uma educação ambiental eficaz nessas áreas.

Segunda ronda de preguntas

Alex pergunta se em países como Brasil ou Colômbia, assim como no Peru, as



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

áreas de fronteira apresentam os menores percentuais de aprendizado. Ele relaciona essa preocupação com indicadores como altas taxas de gravidez, anemia, compreensão de leitura e habilidades matemáticas, entre outros.

Tereza confirma que essa tendência também é observada no Brasil. Ela explica que muitas escolas localizadas em áreas de fronteira não são avaliadas devido ao seu tamanho reduzido, pois o número de alunos não atinge o mínimo necessário para participar da Avaliação Nacional.

Alex destaca que atualmente um mínimo de 5 alunos é exigido para serem incluídos na avaliação. Ele esclarece que, antes da pandemia, as avaliações do censo eram realizadas e os resultados eram entregues a cada família. No entanto, atualmente, o sistema de avaliação é amostral na maioria dos casos.

Tereza menciona que no Brasil a avaliação se concentra no que os alunos não sabem sobre o território.

Renata M. pergunta sobre a língua materna nas regiões amazônicas. Ela expressa que no Brasil há um problema com a Avaliação Nacional, pois é realizada apenas em português, enquanto as escolas indígenas têm o direito de ministrar o ensino em sua língua materna.

Olga responde que, no caso do Peru, para a quarta série do ensino fundamental, a avaliação de comunicação na língua nativa foi implementada. Alex complementa essa informação, observando que a educação bilíngue se desenvolve principalmente no nível primário em escolas localizadas em áreas amazônicas. Existem 44 línguas nativas e é difícil encontrar professores bilíngues na língua materna. Nesse sentido, buscam-se alternativas que, por vezes, não atendem ao perfil inicial. Em termos de materiais educativos, o Ministério da Educação do Peru produziu materiais em línguas nativas, mas não conseguiu completá-los.





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

Enrique destaca a complexidade do tema da cidadania ambiental e o qualifica como um grande desafio a ser abordado. Ele explica que essa dificuldade radica na falta de raízes desse tema na cultura das pessoas e, principalmente, dos alunos. Ele também pergunta quais condições são fornecidas aos professores e ao sistema educacional em geral para cumprir efetivamente os propósitos do Currículo Nacional e os enfoques dos acordos.

Olga concorda com as observações de Enrique e explica que, precisamente por isso, sua apresentação se concentrou em refletir sobre o desafio que os professores enfrentam ao levar esses temas para a sala de aula, considerando os diversos contextos em que se encontram.

Jaime destaca que o Estado não está preparado para oferecer o apoio necessário aos professores nessa área. Ele menciona que acabou de voltar de Andahuaylas e, embora toda a região fale Quechua Chanka, o Estado avalia em Quechua Collao. Ele destaca a complexa situação nas escolas EIB, onde em alguns casos apenas 5% dos alunos falam a língua nativa, enquanto em outros lugares toda a população é falante da língua, o que dificulta encontrar professores qualificados para ensinar essa língua. Ele enfatiza a dificuldade de visualizar o cenário real da interseção entre culturas e a resposta do Estado, pois as bases de dados utilizadas são antigas e os estudos realizados se baseiam em percepções focais que não refletem a situação como um todo.

Alex termina a reunião agradecendo a Olga por sua apresentação e a todos os participantes por sua participação. Ele anuncia que a próxima reunião está agendada para quarta-feira, 24 de julho, e contará com a presença da Oficina de Mudança Climática, que foi fundada em 2018 com um projeto no México e na Colômbia, e atualmente está iniciando suas atividades no Peru. Além disso, Andrea convida os participantes a compartilhar materiais ou recursos relacionados aos temas de interesse da comunidade para incluí-los no boletim informativo.





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

7

Comentários adicionais

· Link para o PDF da apresentação:

<https://drive.google.com/file/d/1OXL1BeKdcgxMo2AZZmu>

[V IY3iCuATMf/view?usp=drive link](https://drive.google.com/file/d/1Y3iCuATMf/view?usp=drive_link)

- Link para o vídeo da apresentação em português: https://youtu.be/PDn_5KsbjdM
- Link para o vídeo da apresentação em espanhol: https://youtu.be/Wh_tJbSd1bM

La Comunidad de Práctica (CoP) es una iniciativa de los socios de Porticus América Latina para promover iniciativas de Desarrollo Integral y Educación Intercultural en Brasil, Colombia y Perú.



comunidadeeducativa.org
praticacomum@gmail.com



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

Comunidad de Práctica *Desarrollo Integral y Educación Intercultural en América Latina* Reunión 02. Ayuda Memoria 12.06.2024

La reunión se centra en la presentación “La Ciudadanía Ambiental Escolar a partir de lo prescrito por el Currículo Nacional de la Educación Básica. Amazonía y Cambio Climático”, a cargo de Olga Cayllahua Galindo, de Perú. Olga es educadora y geógrafa graduada por la Pontificia Universidad Católica del Perú, con estudios concluidos de la maestría en Educación Ambiental y Desarrollo Sostenible en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Desarrolla su experiencia profesional como docente en una Escuela de Educación Superior Pedagógica y como especialista en currículo y en la enseñanza de las Ciencias Sociales y la Ciudadanía, tanto en el Ministerio de Educación como en otras entidades relacionadas al sector. En la reunión se contó con una participación de 11 personas y fue moderada por Alex Ríos.

Antes de iniciar, Alex informa que lamentablemente no se contó con la presentación de Mauro Castro y Haydeé Marinho debido a problemas en sus agendas. Asimismo, menciona la importancia de compartir la posición sobre la ODCA: Se realizó un acercamiento a la Cancillería para indagar sobre el estado de implementación de los acuerdos de la Declaratoria, pero actualmente no hay avances. Esto se debe a que, por los cambios de presidentes en Perú, existe una relación conflictiva con Colombia. Las posiciones de ambos países son observadas entre los mismos. Se debería buscar un avance en la ODCA desde Brasil o explorar otros canales.

Martín propone como alternativa elaborar una nota conceptual que justifique la priorización de la educación. Se puede ir preparando el documento para luego presentarlo a la ODCA o a través de otros canales desde Brasil.

Presentación

Olga inicia su presentación agradeciendo la invitación a abordar el tema de la educación ambiental y su relación con la Amazonía. A lo largo de la misma, busca reflexionar y proponer la importancia de comprender las consecuencias del cambio climático.

Primera parte: Desde los acuerdos, los documentos y las aspiraciones





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

En primer lugar, partiendo del documento del **Currículo Nacional de la Educación Básica, de Perú**, se establece que, al finalizar la Educación Básica, los estudiantes peruanos deberían ejercer sus derechos y deberes ciudadanos con sentido ético, valorando la diversidad a partir del diálogo intercultural, de modo que puedan contribuir activamente, de manera individual y colectiva, en el desarrollo sostenible de la sociedad peruana en un contexto democrático. Sin embargo, al considerar la Amazonía y otros contextos del Perú, resulta fundamental también considerar el marco nacional de derechos y las acciones necesarias para promover el desarrollo sostenible.

En segundo lugar, el **Proyecto Educativo Nacional PEN 2036** presenta una visión del sector educativo sobre la formación de niños, niñas y adolescentes desde la educación básica. Esta visión coincide con lo establecido en el Currículo Nacional, enfatizando que “todas las personas en el Perú aprendemos, nos desarrollamos y prosperamos a lo largo de nuestras vidas ejerciendo responsablemente nuestra libertad para construir proyectos personales y colectivos, conviviendo y dialogando intergeneracional e interculturalmente en una sociedad democrática, equitativa, igualitaria e inclusiva, que respeta y valora la diversidad en todas sus expresiones y asegura la sostenibilidad ambiental”. El documento resalta también aspectos como la vida ciudadana; el bienestar socioemocional; la inclusión y la equidad; y la productividad, prosperidad, investigación y sostenibilidad.

Sobre los **Ejes del Bicentenario**, permiten a Perú reconocerse como un país íntegro, con igualdad de oportunidades, que dialoga y se reconcilia, que es sostenible, integrado y competitivo, y que promueve y acepta la identidad y diversidad.

Desde una escala global, también se consideran los **Objetivos de Desarrollo Sostenible**, que establecen una visión del mundo que se quiere construir, abordando temas ambientales, de conservación y otros.

En conjunto, estos marcos proporcionan una base sólida para desarrollar iniciativas que promuevan el desarrollo sostenible y la conservación del planeta.

Segunda parte: Desde los elementos curriculares pertinentes para la formación de la ciudadanía





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

ambiental escolar

El documento del **Currículo Nacional de Educación Básica** peruano establece diversos enfoques transversales. No obstante, Olga hace hincapié en el **Enfoque Ambiental** y el **Enfoque de Ciudadanía Activa**.

Desde cualquier área curricular o competencia, los docentes pueden proponer acciones en el aula relacionadas al Enfoque Ambiental, como la conversación del planeta, la solidaridad plantearía, la justicia planetaria y el respeto a toda forma de vida.

El Enfoque de Ciudadanía Activa busca representar un cambio de paradigma con respecto a la enseñanza, al aprendizaje y a la formación ciudadana de niños y niñas con pensamiento crítico. Esto significa que los docentes, al proponer sus actividades para el desarrollo de competencias, deben trabajar a partir de identificación de asuntos públicos de los problemas socialmente relevantes. El objetivo es que los estudiantes participen activamente en la solución de los problemas, desarrollando un sentido de pertenencia en sus comunidades.

Además, se observa el componente de las **competencias**, donde se resalta: “**Gestiona responsablemente el espacio y el ambiente**”, debido a que también representa un cambio de paradigma en la educación que permite trabajar las problemáticas sociales territoriales. Para tener incidencia en las problemáticas socioambientales de la Amazonía es fundamental analizar el currículo para diseñar propuestas para la transformación.

Tercera parte: Desde la Evidencias Recientes sobre los Aprendizajes

En el año 2023, se aplicó la **Evaluación Nacional de Logros de Aprendizajes (ENLA) 2023** a estudiantes de segundo grado de secundaria en Perú (Ministerio de Educación del Perú, 2024). Los resultados revelaron que sólo el 16,8% de los estudiantes alcanzaron el nivel satisfactorio en el curso de Ciencias Sociales, es decir, lograron los aprendizajes esperados para su grado.

Sobre los **resultados a nivel regional**, se resaltan algunas brechas significativas del territorio Amazónico: Loreto (5,6%), Madre de Dios (9,7%) y Ucayali (9.6%) en el nivel





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

satisfactorio en el curso de Ciencias Sociales. Estos resultados permiten destacar la necesidad de fortalecer el trabajo en las aulas en relación con temas como la biodiversidad, el cambio climático y la ciudadanía ambiental, especialmente en las regiones amazónicas.

Sobre los **Factores Asociados** de la ENLA 2023, se resalta la importancia de explorar las creencias de los estudiantes de segundo grado de secundaria sobre la historia, partiendo de las problemáticas que viven en sus regiones, y el desarrollo sostenible. Se observa que el 74% de los estudiantes considera que "lo más importante al aprender historia es recordar la fecha de los hechos".

Cuarta parte: Desde los Retos que implica desarrollar una Ciudadanía Ambiental Escolar

Sobre los **problemas socialmente relevantes, problemas históricos y asuntos públicos**, se explica que los ejes del bicentenario establecen las aspiraciones de la sociedad peruana y sirven como marco de referencia. Algunos de estos problemas, como la corrupción, la pobreza, la desigualdad, la violencia de género, la discriminación, la intolerancia, la falta de diálogo y reconciliación, la desconexión entre desarrollo y conservación ambiental, la falta de integración y la escasa valoración de las herencias ancestrales y la diversidad cultural, están estrechamente relacionados con los problemas ambientales en la Amazonía. Abordar estos temas en el aula es complejo, debido a que muchas veces las familias de los estudiantes están involucradas en estas problemáticas.

Algunos ejemplos de delitos ambientales en territorios amazónicos son el tráfico ilícito de vida silvestre, minería ilegal, la tala y el tráfico ilegal de madera.

A nivel global, el planeta enfrenta una **crisis ambiental** caracterizada por el cambio climático, la pérdida de biodiversidad, la contaminación y sus impactos en la vida cotidiana de las personas, incluyendo a los escolares.

A partir de su experiencia, Olga propone **generar y sistematizar experiencias** sobre el aprendizaje de algunas competencias relacionadas con la crisis ambiental, los delitos ambientales y el abordaje de las problemáticas ambientales en las instituciones educativas



amazónicas, según el diagnóstico ambiental de los gobiernos regionales o locales. También se deben recoger evidencias sobre factores asociados a estos aprendizajes, relacionado a las creencias sobre la enseñanza para el desarrollo de las competencias, temores sobre el abordaje de los problemas ambientales, entre otros.

Para finalizar, con base en estas evidencias, se deben **identificar las necesidades y priorizar acciones** para fortalecer las capacidades de los docentes de la Amazonía en el abordaje de problemas socialmente relevantes como la crisis y los delitos ambientales en la Región Amazónica.

Comentarios y Reflexiones

Primera ronda de preguntas

Alex agradece a Olga por la presentación e invita a los participantes a compartir sus reflexiones y preguntas. Inicia el diálogo mencionando que en Perú existen distintos documentos normativos y declaratorias, sin embargo, ello no se refleja en los aprendizajes que están recibiendo los alumnos. En ese sentido, consulta sobre las posibles razones por las que no se están concretando las acciones necesarias en resultados tangibles.

En general, tanto por el micrófono como por el chat, las personas felicitan y agradecen por la información compartida.

Tereza comenta que tiene algunas preguntas no directamente relacionadas con la presentación, pero sí con los documentos mencionados. Consulta si en Perú existe algún diálogo o proyecto a nivel nacional similar a un "Proyecto de Nación", ya que en Brasil no contaban con uno como tal. Además, pregunta sobre las condiciones establecidas por el Estado peruano para promover la efectividad de lo que se indicaba en el documento en relación con la formación docente, la gestión escolar y todo lo concerniente a las escuelas.

Olga reconoce que el Currículo fue aprobado en el 2016 y se implementó de manera paulatina en los niveles de inicial, primaria y secundaria. Sin embargo, resalta que, en el 2020, debido a la pandemia, la implementación del Currículo se vio interrumpida. Una de las hipótesis



COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

que plantea es que la falta de capacitaciones docentes en la aplicación del Currículo ha sido un factor determinante en esta pausa.

Asimismo, respondiendo a Alex, aclara que, si bien estos documentos representan las aspiraciones del sistema educativo peruano, no en todos los casos se han desarrollado diálogos participativos para su implementación, lo cual representa un reto como país. Además, sobre Frontera, destaca la importancia de considerar las características específicas de los territorios fronterizos del Perú con los países vecinos. En este sentido, propone que se realicen mayores esfuerzos para generar proyectos conjuntos con los gobiernos regionales, a fin de promover una educación ambiental efectiva en estas áreas.

Segunda ronda de preguntas

Alex consulta si en países como Brasil o Colombia, al igual que en Perú, las zonas fronterizas presentan los porcentajes más bajos de aprendizaje. Esta inquietud la relaciona con indicadores como las altas tasas de embarazo, anemia, comprensión lectora y habilidad matemática, entre otros.

Tereza confirma que en Brasil también se observa esta tendencia. Explica que muchas escuelas ubicadas en zonas fronterizas no son evaluadas debido a su reducido tamaño, ya que el número de estudiantes no alcanza el mínimo requerido para participar en la Evaluación Nacional.

Alex destaca que actualmente se exige un mínimo de 5 estudiantes para ser incluidos en la evaluación. Aclara que, previo a la pandemia, se realizaban evaluaciones censales y los resultados se entregaban a cada familia. Sin embargo, en la actualidad, el sistema de evaluación es muestral en la mayoría de los casos.

Tereza menciona que en Brasil la evaluación se centra en lo que los estudiantes no saben sobre el territorio.

Renata M. consulta sobre la lengua materna en las regiones amazónicas. Expresa que en Brasil existe una problemática sobre la Evaluación Nacional, ya que está realizada sólo en portugués, mientras que en las escuelas indígenas tienen derecho de impartir la enseñanza en su





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

lengua materna.

Olga responde que, en el caso de Perú, para cuarto grado de primaria sí se ha implementado la evaluación de comunicación en lengua originaria. Alex complementa esta información señalando que la educación bilingüe se desarrolla principalmente en el nivel primario en las escuelas ubicadas en zonas amazónicas. Existen 44 lenguas

originarias y resulta complicado conseguir profesores bilingües en la lengua materna. En ese sentido, se buscan alternativas que, en ocasiones, no cumplen con el perfil inicial. En términos de materiales educativos, el Ministerio de Educación de Perú ha realizado materiales en lenguas originarias, aunque no ha logrado completarlas.

Enrique resalta la complejidad del tema de la ciudadanía ambiental y lo califica como un gran desafío a abordar. Explica que esta dificultad radica en la falta de arraigo de este tema en la cultura de las personas y, en particular, de los estudiantes. Asimismo, pregunta cuáles son las condiciones que se brindan a los docentes y al sistema educativo en general para cumplir efectivamente con los propósitos del Currículo Nacional y los enfoques de los acuerdos.

Olga se muestra de acuerdo con las observaciones de Enrique y explica que, precisamente por ello, su presentación se enfocó en reflexionar sobre el reto que enfrentan los docentes al llevar estos temas a las aulas, considerando los diversos contextos en los que se encuentran.

Jaime señala que el Estado no está preparado para brindar el apoyo necesario a los docentes en este ámbito. Menciona que acaba de volver de Andahuaylas y, a pesar de que toda la zona habla Quechua Chanka, el Estado evalúa en Quechua Collao. Resalta la complejidad de la situación en las escuelas EIB, donde en algunos casos sólo el 5% de los estudiantes habla la lengua originaria, mientras que en otros lugares la totalidad de la población es hablante de esa lengua, lo que dificulta encontrar docentes capacitados en ella. Enfatiza la dificultad de visualizar el panorama real de la intersección entre culturas y la respuesta del Estado, debido a que las bases de datos utilizadas son antiguas y los estudios realizados se basan en percepciones focales que no reflejan la totalidad de la situación.





COMUNIDAD DE PRÁCTICA

DESARROLLO INTEGRAL
Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL
EN AMÉRICA LATINA

Alex culmina la reunión agradeciendo nuevamente a Olga por su presentación y a todos los asistentes por su participación. Anuncia que la próxima reunión está programada para el miércoles 24 de julio y contará con la presencia de la Oficina de Cambio Climático, la cual fue fundada en el 2018 con un proyecto en México y Colombia, y actualmente está iniciando sus actividades en Perú. Además, Andrea invita a los participantes a compartir materiales o recursos relacionados a los temas de interés de la comunidad para incluirlos en el boletín informativo.

Comentarios adicionales

- Pueden acceder al PDF de la presentación en el siguiente enlace:
https://drive.google.com/file/d/1OXL1BeKdcgxMo2AZZmuV_IY3iCuATMf/view?usp=drive_link
- Pueden acceder al video de la presentación en español en el siguiente enlace:
https://youtu.be/Wh_tJbSd1bM
- Pueden acceder al video de la presentación en portugués en el siguiente enlace:
https://youtu.be/PDn_5KsbjdM

